

## **O “*devoir de mémoire*” na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos.<sup>1</sup>**

Luciana Quillet Heymann<sup>2</sup>

A expressão *devoir de mémoire* é um lugar comum, hoje, na França e toda evocação do passado, no espaço público, parece estar permeada por essa noção, presente no discurso de homens públicos, na fala de líderes comunitários, no debate acadêmico e nos textos jornalísticos. Em um artigo recente, foi contabilizada sua aparição em dois grandes jornais, expoentes do pensamento da esquerda e da direita francesas, respectivamente, *Libération* e *Le Figaro*, entre setembro de 1999 e setembro de 2001.<sup>3</sup> O artigo não se detém nos usos da expressão nos dois veículos de comunicação, tomando apenas o dado quantitativo como medida de sua disseminação: no primeiro, ela apareceu em 180 artigos, no segundo, em 209. Ainda que tenha surgido em um contexto específico, o da rememoração do genocídio dos judeus da Europa, e sua enunciação como imperativo moral e político date do pós-guerra, a noção se afastou, em parte, dessa referência original, como atesta o fato de apenas 26 artigos, entre os 180 publicados no *Libération*, tratarem da memória do holocausto ou, de maneira mais ampla, da memória da II Guerra.

Neste texto, busco abordar, de maneira exploratória, a historicidade dessa noção e os contornos do debate sobre os “usos” e “abusos” da memória no espaço público francês nos últimos anos. Em seguida, proponho algumas questões em torno das relações entre memória e direitos, estendendo a análise ao contexto brasileiro com o objetivo de identificar convergências e distinções entre as duas realidades. Antes disso, porém, me parece importante apontar para o contexto geral de proliferação de memórias particulares e de redefinição de identidades nacionais que tem caracterizado a modernidade tardia, de maneira a situar o debate francês em um cenário mais amplo.

<sup>1</sup> Texto apresentado no III Seminário Pronex “Cidadania e Direitos”, na mesa “Dever e direito à memória”. CPDOC, 27 a 29 de novembro de 2006.

<sup>2</sup> Pesquisadora do CPDOC/FGV.

<sup>3</sup> Gensburger, Sarah e Lavabre, Marie-Claire. «Entre devoir de mémoire et abus de mémoire, la sociologie de la mémoire comme tierce position». In: Muller, Bertrand (dir.). *Histoire, mémoire et épistémologie, à propos de Paul Ricoeur*, Lausanne, Payot, 2005. p. 75-96.

## Notas sobre o panorama global

O século XX, especialmente a partir da segunda metade, se caracterizou por uma ampla transformação nos contornos geopolíticos do planeta. Se, por um lado, a desagregação da União Soviética e a descolonização dos países africanos provocaram o surgimento de novas nações e a emergência de antigas identidades, sufocadas por processos violentos de unificação e definição de fronteiras, por outro, assistiu-se à formação de novos blocos, como a União Européia e o Mercosul, nos quais as barreiras nacionais ao trânsito de produtos e de pessoas oriundas dos países membros foram eliminadas.<sup>4</sup>

Somando-se à rapidez na circulação de informações e à internacionalização de capitais e negócios, a mobilidade de populações originárias de diversos países, que passaram a deslocar-se em um volume nunca antes observado, caracterizam o que vem sendo chamado de processo de *globalização*, cuja marca mais destacada, expressa no termo mesmo que o designa, remete à flexibilização de fronteiras nacionais e à integração em escala global. Inúmeros estudiosos têm se dedicado a analisar os efeitos sociais desse processo. Se, por um lado, o movimento migratório produz um questionamento em termos da identidade do grupo que se desloca espacialmente, defrontado com a perda de antigos referenciais, sejam territoriais, econômicos ou sociais, também os que permanecem nos territórios de origem dos migrantes e os que se encontravam anteriormente no território de destino passam por transformações importantes, que implicam no estabelecimento de novas fronteiras e referências. Essa redefinição, que caracteriza a dinâmica das migrações de maneira geral, tem ocorrido de forma intensa, em vários pontos do planeta, provocando mudanças marcantes nas formas como os grupos se vêem e percebem as populações à sua volta.

Outro aspecto que caracteriza a modernidade, e concorre para o que tem sido chamado de movimento de redefinição identitária, deve-se à rapidez e à eficiência dos meios de comunicação de massa, bem como da comunicação virtual, que permitem a aproximação de indivíduos e grupos absolutamente distantes em termos geográficos e possibilitam a constituição de atores políticos coletivos mobilizados em torno de causas de contornos transnacionais. As fronteiras desses grupos, sua estabilidade e estratégias de afirmação no espaço público irão variar enormemente, sendo a fluidez e a plasticidade outras características dessa mesma conjuntura.

---

<sup>4</sup> Para uma síntese desse processo, ver: Grynspan, Mario. *Memória, história e identidades nacionais*, mimeo, 2005. 13 p.

Nesse contexto, as identidades nacionais, construídas com base na idéia de unidade e homogeneidade da população identificada ao Estado-nação, se flexibilizam e acabam incorporando perspectivas que apontam para a diversidade e o pluralismo. A premissa da unidade cultural das comunidades cede lugar à afirmação do multiculturalismo, ao respeito e à valorização da diferença, discurso que tem se imposto como legítimo, apesar de enfrentar resistências em contextos sociais específicos. Além da redefinição de identidades associada ao processo de mobilidade internacional crescente, que desafia a classificação baseada em uma “unidade nacional original” - sobretudo a partir da segunda geração de imigrantes -, uma redefinição identitária mais ampla, de parcelas da população até então vistas como homogêneas, decorre desse mesmo processo, cujos contornos complexos são, aqui, apenas esboçados.<sup>5</sup> O que se observa, então, em linhas gerais, é a busca de reconhecimento e legitimidade por parte de grupos que, destacando-se da “comunidade nacional”, passam a definir-se a partir de novas categorias, sejam elas étnicas, religiosas, de gênero etc. Nesse processo, estão em jogo novas formas de auto-identificação, a valorização de uma história particular, a demanda por inclusão sem homogeneização, a luta pelo reconhecimento público de sua existência e significado para a nação, por representação política e, finalmente, por direitos. Não apenas os direitos universais, mas também novos direitos, associados à especificidade histórica ou cultural desses grupos, fenômeno que vem provocando a rediscussão de conceitos como os de cidadania e democracia.

A relação entre memória e identidade é um tema clássico nas ciências sociais, já que os grupos se fundam, também, sobre o compartilhamento de uma memória comum. Um aspecto importante nesse contexto diz respeito ao aparecimento de novas memórias no espaço público - ao emergirem na cena social, afirmando sua identidade, os grupos trazem à luz uma memória, para a qual buscarão reconhecimento. Mais do que isso, entre as lutas por direitos, ganha lugar a luta por manter viva essa memória, mas também por conquistar espaço no discurso histórico a partir de uma revisão das interpretações sobre o passado, por figurar nos livros e manuais escolares, por ver-se incluído no calendário oficial de comemorações, reivindicações que têm como objetivo reparar o silêncio e a invisibilidade que, muitas vezes, marcaram a vida dessas coletividades, e promover a sua integração à história da nação a partir de uma nova perspectiva.

Esse sobrevôo sobre questões tão complexas como a redefinição dos discursos nacionais, o multiculturalismo e as disputas memoriais tem por objetivo, apenas, situar a

---

<sup>5</sup> Ver, entre outros, Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

noção de *dever de memória* e os debates que tem suscitado em um cenário mais geral. Ainda que a amplitude do fenômeno, na França, nesse início de século XXI, chame atenção do observador externo, não é minha intenção apresentá-lo como singular ou isolado. Apenas, talvez, devido à especificidade histórica de uma sociedade caracterizada pela centralidade do Estado e pela valorização da idéia de consenso nacional, sua repercussão, nesse país, alcance contornos mais amplos e ganhe maior visibilidade. Por outro lado, o lugar proeminente dos historiadores na sociedade francesa, cuja presença constante na mídia é apenas uma das dimensões, pode também contribuir para explicar a repercussão dos debates nos quais estão envolvidos.

### **A construção da memória reivindicativa**

O tema da memória hoje, na França, deve ser entendido no contexto de um amplo debate de natureza política acerca dos efeitos sociais de discursos e práticas associados ao *dever de memória*, expressão cunhada ao longo dos anos 1990 e que, em poucas palavras, remete à idéia de que memórias de sofrimento e opressão geram obrigações, por parte do Estado e da sociedade, em relação às comunidades portadoras dessas memórias. Envolvendo a sociedade civil, o Estado e a comunidade acadêmica – sobretudo historiadores, mas também cientistas sociais e filósofos -, esse debate tem levado ao questionamento dos instrumentos legais utilizados pelo Estado francês na gestão de passados sensíveis, tem atualizado a reflexão clássica sobre as relações entre história e memória e provocado discussões acerca do papel do historiador no espaço público. Para entender os meandros desse debate, no entanto, é importante atentar para a historicidade da noção e para o contexto no qual as primeiras demandas memoriais ganharam eco para, só então, chegar a seus desdobramentos contemporâneos.

Segundo vários analistas, a origem da noção *dever de memória* estaria no processo de ressignificação do discurso memorial ligado ao holocausto de milhares de judeus que viviam na França, ocorrido a partir dos anos 1970.<sup>6</sup> Ainda que as associações de deportados tivessem, desde o final dos anos 1940, assumido a tarefa de honrar a memória dos franceses assassinados e de manter presente no espírito da população os atos de barbárie praticados pelos nazistas e seus colaboradores, a memória do genocídio judeu só ganhou visibilidade trinta anos depois.

---

<sup>6</sup> Ver, entre outros, Lallieu, Olivier. *L'invention du devoir de mémoire. Vingtième siècle. Revue d'Histoire*. n. 69, 2001, e Kattan, Emmanuel. *Penser le devoir de mémoire*. Paris, PUF, 2002.

É vasta a literatura que analisa a preeminência, no espaço público, da memória do Resistente, o *herói* de guerra, e o silêncio que cercou a memória do sobrevivente do holocausto, a *vítima* de guerra, nas décadas que se seguiram ao final do conflito. Isso se deveu, em grande parte, ao fato da memória oficial, na França pós Liberação, em nome da reconstrução nacional, ter silenciado sobre a página sombria do colaboracionismo, da deportação e do assassinato em massa.<sup>7</sup> A memória das vítimas dos campos de concentração não contava, nesse momento, com as condições para sua expressão, com os “quadros sociais” necessários à sua evocação, para usar a formulação de Halbwachs.<sup>8</sup> À exceção de alguns relatos, que atestam o desejo de testemunhar, a estratégia para “conseguir viver” foi, para a maioria, silenciar sobre o passado, perspectiva que remete à evocação do *direito a esquecer*.<sup>9</sup>

A partir dos anos 1970 e da ação de uma segunda geração, pouco presente até então nos debates sobre as seqüelas da guerra e mobilizada por um ideal de “rejudaização” da comunidade judaica francesa, a memória do holocausto será foco de uma série de ações que resultarão em mudanças na maneira pela qual a sociedade como um todo percebe a sorte dos judeus.<sup>10</sup> Segundo Olivier Lalieu, com a criação da Associação dos filhos e filhas dos deportados judeus da França, em 1979, Serge Klarsfeld, historiador e advogado cujo pai havia sido assassinado em uma câmara de gás em Auschwitz, em 1944, consegue reunir uma geração que as associações de deportados nunca havia conseguido integrar de forma massiva.<sup>11</sup> Klarsfeld foi, sem dúvida, um agente fundamental da transformação aqui referida, atraindo a atenção da mídia para suas ações, cuja dimensão espetacular não prescindia da divulgação de sólidos dossiês de acusação embasados em material de arquivo. Um marco importante da ação de seu grupo foi a publicação da obra *Memorial da Deportação dos Judeus da França*, em 1978, na qual figuram os nomes, prenomes, locais e datas de nascimento de todos os deportados que saíram do país em comboios, o que tornou visível, pela primeira vez, o extermínio de famílias inteiras que, a partir de então, saem da sombra dos números e têm restituídos seus nomes. O livro teve grande impacto na opinião pública, sobretudo nos jovens, principal foco da ação do grupo. Em 1981, a Associação dos filhos e filhas dos deportados judeus da França erigiu um monumento, em Israel, reproduzindo todas as páginas do

---

<sup>7</sup> Derrida, Jacques. “O perdão, a verdade, a reconciliação: qual gênero?”. In: Nascimento, Evando (org.). *Jacques Derrida: pensar a desconstrução*. São Paulo, Estação Liberdade, 2005. pp. 45-92. Derrida aponta a primazia da idéia do “corpo nacional” sobre o imperativo de verdade e justiça na França do pós-guerra.

<sup>8</sup> Halbwachs, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, Albin Michel, 1994; e *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

<sup>9</sup> Para uma análise do fenômeno memorial, na França pós II Guerra Mundial, ver: Roussio, Henry. *Le Syndrome de Vichy, de 1944 à nos jours*. Paris, Seuil/Points-Histoire, 1990, 420 p.

<sup>10</sup> Ver <http://diplo.uol.com.br/2002-08.a387>

<sup>11</sup> Lalieu, Olivier, *op cit*.

Memorial, e plantou 80 mil árvores no terreno ao seu redor, em memória aos 80 mil judeus deportados a partir da França.

Serge Klarsfeld e sua esposa, Beate, tiveram atuação importante também na “caça” a nazistas em todo o mundo e foi graças à ação do casal que Klaus Barbie, chefe da Gestapo de Lyon, foi encontrado na Bolívia e extraditado para a França. A ação judicial que o condenou à prisão perpétua por crime contra a humanidade, em 1987, foi outro momento de inflexão no processo de ressignificação da memória do holocausto. Chamadas ao tribunal, várias pessoas que haviam vivido sob relativo silêncio desde o final da guerra viram-se reconhecidas em sua dor e perceberam um sentido novo em testemunhar, transformando-se em agentes fundamentais para o exercício do *dever de memória*, entendido agora não apenas em sua dimensão de culto aos mortos, de dever de lembrança e homenagem, mas também em termos de efeitos concretos nos domínios político e judicial. Transmitido pela TV, esse e outros processos contra criminosos de guerra nazistas revelaram para o grande público esse novo atributo da evocação da memória – a legitimidade, muitos anos depois dos fatos ocorridos, de reclamar justiça.

Um último elemento a ser destacado nesse quadro de redefinição da memória do genocídio na França, e importante para os desdobramentos recentes da noção *dever de memória*, foi a promulgação, em 13 de julho de 1990, da Lei 90.615, que ficou conhecida pelo nome do deputado comunista que a apresentou ao parlamento, Jean-Claude Gayssot. A lei proíbe discriminações que tenham por base o pertencimento a uma etnia, uma nação, uma raça ou uma religião. Votada como uma resposta a manifestações anti-semitas que acompanharam os processos judiciais contra criminosos nazistas, bem como aos atentados contra judeus e à profanação das sepulturas no cemitério da cidade de Carpentras, em maio de 1990, a Lei Gayssot, em seu artigo 9º, penaliza a negação do extermínio em massa dos judeus. Assim, negar o *crime contra a humanidade* perpetrado pelos nazistas, tal como definido pelo Tribunal militar internacional de Nuremberg, passou a ser um delito para o qual se prevêem sanções penais.

Segundo vários analistas, a construção de um discurso memorial de natureza reivindicativa - contra o esquecimento, mas também pelo reconhecimento oficial do papel do governo de Vichy no genocídio do povo judeu e pela punição dos culpados por esses crimes -, e os desdobramentos objetivos alcançados pelas ações que o tomaram por base fizeram com que o *dever de memória* ligado ao holocausto se constituísse em um modelo de ação para outros grupos que buscam afirmar suas memórias no espaço público, memórias que evocam processos de violência ou de discriminação. Se, desde o final da II Guerra, algumas vozes se

levantaram para afirmar o dever de lembrar e testemunhar criado pelo fato de ter sobrevivido ao massacre, nos últimos anos, o *dever de memória* seria não apenas o dever de manter vivo o passado, mas, fundamentalmente, a idéia de que um reconhecimento é devido àqueles que sofreram.

Segundo o historiador Henry Rousso, um dos mais destacados analistas do fenômeno memorial na França do pós-guerra, um sistema de referências morais teria se imposto na sociedade francesa, nos últimos anos, tendo como centro a memória, transformada em valor. Nesse novo sistema, lembrar-se (por parte do indivíduo ou do grupo) e afirmar a culpa e o arrependimento (por parte do Estado) corresponderiam a posturas positivas; o esquecimento e a anistia teriam se tornado socialmente inaceitáveis.<sup>12</sup>

### **As injunções do debate atual**

A afirmação do *dever de memória*, nos dias de hoje, remete, portanto, à idéia de que cada grupo social, em outro tempo vítima, e hoje herdeiro da dor, pode reivindicar a celebração de seus mártires e heróis, bem como o reconhecimento pelo dano sofrido e uma forma de reparação.<sup>13</sup> Nesse sentido, defender o *dever de memória* é afirmar a obrigação que tem um país de reconhecer o sofrimento vivido por certas categorias da população, sobretudo na medida em que o Estado tem responsabilidade nesse sofrimento.

Mas mencionar o *dever de memória*, na França, hoje, é também fazer referência aos debates que têm ocupado a cena pública, entre as associações que representam as populações vítimas e os historiadores. Em linhas gerais, as primeiras estimam que o reconhecimento oficial pelos crimes de Estado cometidos no passado e ações de reparação, de natureza simbólica, pedagógica ou material, permitem a essas populações ou a seus descendentes encontrar seu lugar no seio da nação. Os historiadores, por seu lado, também em linhas gerais e sem entrar na especificidade de argumentos particulares, têm sublinhado constantemente a distinção entre memória e história, e denunciado a criação de dispositivos de natureza jurídica que promovem a afirmação de verdades históricas como um atentado aos princípios democráticos.

De fato, o ponto mais crítico desse debate tem se concentrado nas chamadas “leis memoriais”, expressão cunhada no início de 2005 para designar quatro dispositivos legais que dispõem sobre eventos históricos, sancionados, em grande medida, como resposta às

---

<sup>12</sup> Rousso, Henry. *La hantise du passé*. Paris, Textuel, 1998.

<sup>13</sup> Gensburger, Sarah e Lavabre, Marie-Claire, *op. cit.*

demandas das comunidades cujas memórias se ligam a esses eventos. São eles: a Lei Gayssot; a lei de 29 de janeiro de 2001, em cujo artigo único a França reconhece publicamente o genocídio armênio de 1915<sup>14</sup>; a lei de 21 de maio do mesmo ano, que dispõe que a República francesa reconhece o tráfico de escravos e a escravidão, perpetrados a partir do séc. XV, como crime contra a humanidade e, finalmente, a lei de 23 de fevereiro de 2005, que acendeu o debate recente acerca da competência dos legisladores em matéria histórica. Essa última lei dispõe sobre o reconhecimento da nação aos franceses repatriados após as guerras de independência e, em seu artigo 4º, determinava que os programas escolares deveriam reconhecer o “papel positivo” da presença francesa em além-mar, especialmente na África do Norte. Fruto da luta travada pelas associações de repatriados dessa região e sancionada por um parlamento majoritariamente à direita, a lei – especialmente o artigo sobre o “papel positivo” – provocou manifestações de insatisfação, tanto nas ex-colônias como nas comunidades originárias dessas localidades residentes na França, além de vigorosa reação dos historiadores. Por força das pressões, o referido artigo acabou sendo suprimido da lei.

A crise aberta pela lei de 23 de fevereiro de 2005 coloca várias questões para reflexão. Se o direito dos diferentes grupos de afirmar livremente sua memória parece pouco sujeito à contestação em países democráticos, a gestão de passados sensíveis pelo Estado tem revelado a sua complexidade e os seus limites. As associações de franceses repatriados, cuja força foi atestada pela aprovação da lei, buscavam reconhecimento *legal* para uma memória que, legítima em sua expressão particular – como são, aliás, as memórias de todos os grupos –, acabou sendo amplamente contestada na forma pública que assumiu. Nesse caso, a ênfase na pluralidade e na explicitação dos conflitos encontrou um limite dado pela própria dinâmica das demandas memoriais – contra a chancela estatal concedida à memória dos repatriados se levantaram outros grupos, portadores de memórias concorrentes, para os quais a referência legal ao “papel positivo” representava um desrespeito e uma violência.

Além disso, a divergência com a comunidade de historiadores deixou entrever a que ponto conteúdos históricos sancionados por legisladores podem estar em desacordo com o discurso historiográfico. Entre o estabelecimento de políticas memoriais visando à celebração e à homenagem, tradicionalmente de competência do Estado, e a interpretação de eventos de natureza histórica há, de fato, uma distância a ser considerada com cuidado. Longe de

---

<sup>14</sup> O termo “genocídio armênio” é empregado para designar o assassinato e a deportação em massa de cerca de um milhão e meio de civis armênios, perpetrados pelo Império Otomano, entre 1915 e 1917. Até hoje, a Turquia não admite que tais mortes sejam consideradas fruto de genocídio, argumentando que resultaram de doenças, fome e lutas inter-étnicas que tiveram lugar no contexto conturbado da I Guerra Mundial. Quase todos os estudiosos, no entanto, incluindo alguns turcos, consideram que os fatos ocorridos se encaixam na definição de genocídio.



acompanhar manifestações que, denunciando o cenário de desintegração nacional produzido pelas novas demandas memoriais, parecem ecoar a nostalgia de uma identidade forte, baseada em interpretações consensuais da história, é importante chamar atenção para o fato de que também com relação à história pode-se evocar uma dimensão de *dever*.

Para além da disputa entre interpretações distintas, no entanto, está em jogo a questão da autoridade para falar sobre temas históricos. Não é de hoje que os historiadores constatarem a perda de seu monopólio. O historiador Antoine Prost fez menção, há alguns anos, a essa questão, comentando ser curioso e inédito que as controvérsias históricas fossem tratadas, então, nas salas de redação dos jornais.<sup>15</sup> Por trás da crítica ao conteúdo aprovado pela lei de 23 de fevereiro de 2005 encontra-se, de fato, um debate acerca das competências específicas de historiadores e legisladores, um debate acerca do direito de falar sobre o passado. Mais do que isso, acerca da possibilidade de historiadores serem interpelados por instâncias situadas fora do campo acadêmico, como se verá adiante. Antes, porém, vale a pena atentar para as divisões que marcaram as manifestações dos historiadores.

Embora unidos no repúdio à intromissão do Estado na afirmação de uma memória oficial da colonização, os historiadores se mostraram bastante divididos quanto às demandas concretas em relação às leis memoriais. Dezenove dos maiores historiadores franceses (Jean-Pierre Azéma, Elisabeth Badinter, Jean-Jacques Becker, Françoise Chandernagor, Alain Decaux, Marc Ferro, Jacques Julliard, Jean Leclant, Pierre Milza, Pierre Nora, Mona Ozouf, Jean-Claude Perrot, Antoine Prost, René Rémond, Maurice Vaïsse, Jean-Pierre Vernant, Paul Veyne, Michel Winock e Pierre Vidal-Naquet, falecido pouco tempo depois) assinaram uma petição intitulada *Liberdade para a História*, publicada no dia 13 de dezembro de 2005 no jornal *Libération*. Nessa petição, afirmam que a história não é escrava da atualidade nem se confunde com a memória - que ela leva em conta em sua *démarche* científica, mas à qual não se reduz -, e pedem a revogação dessa lei, mas também das outras três (Gayssot, sobre o genocídio armênio e sobre a escravidão). Para eles, todas as leis de natureza memorial restringem a liberdade da pesquisa histórica, não cabendo ao Parlamento legislar sobre o passado.

Outro grupo de historiadores, mais identificados com a noção de *dever de memória* e reunidos no Comitê de vigilância face aos usos públicos da história (CVUH), liderado pelo historiador Gerard Noiriel, sublinhou uma diferença importante entre a lei de fevereiro de 2005, cuja revogação reclamavam por sua dimensão revisionista com relação ao

---

<sup>15</sup> Prost, Antoine. “Les historiens et les Aubrac: une question de trop”, *Le Monde*, 12/7/1997.

empreendimento colonial, e as outras leis memoriais, que, ao denunciarem crimes cometidos no passado, garantiriam avanços na luta das populações concernidas. Para esse grupo, que se declara engajado nas lutas contemporâneas, assumindo posições identificadas com a esquerda francesa, os peticionários da *Liberdade para a História* são intelectuais que vivem encerrados em “torres de marfim”. Segundo texto divulgado no site do Comitê, esses historiadores representam uma elite cultural situada menos no campo dos pesquisadores-professores do que na interseção das redes universitária, editorial e política. Sua motivação para reclamar a revogação de todas as leis memoriais residiria, sobretudo, na defesa de uma competência exclusiva dos historiadores sobre a verdade histórica.<sup>16</sup>

Para o historiador Henry Rousso, ainda, crítico das leis memoriais, que considera “uma forma inédita de comemoração” que visa a conceder um tipo de reconhecimento a determinados grupos, a revogação da totalidade das leis provocaria reações violentas, com consequências sociais desagregadoras, sendo preferível manter os textos já existentes e revogar apenas o artigo sobre o “papel positivo”. Rousso sugere, por fim, que muitos dos historiadores que denunciam a “juridicização” da história, hoje, colaboraram com ela ao concordarem em depor como *experts* nos processos contra criminosos nazistas, nos anos 1970 e 1980, postura criticada por ele e alguns poucos intelectuais, à época.<sup>17</sup> O *dever de memória* parece, assim, configurar um campo de embates dos próprios historiadores que, ao assumirem posições quanto às leis memoriais, deixam entrever em que medida o debate recente atualiza antigas disputas.<sup>18</sup>

A crise em torno do “papel positivo” ocorreu paralelamente a um outro caso, cujos contornos contribuem para complexificar o debate. Em junho de 2005, o Collectif des Antillais, Guyanais et Réunionnais<sup>19</sup> abriu uma queixa contra o historiador Olivier Pétré-Grenouilleau, professor universitário considerado um dos maiores especialistas franceses na história da escravidão, autor do premiado *Les traites négrières: essai d’histoire globale*, publicado no ano anterior. Segundo esse coletivo, em uma entrevista concedida ao *Journal du Dimanche*, em 12 de junho de 2005, o historiador teria negado o caráter de crime contra a humanidade sancionado à escravidão pela lei de 21 de maio de 2001. Essa lei, conhecida como Lei Taubira por ter sido proposta por Christiane Taubira, deputada guianense integrante

---

<sup>16</sup> <http://cvuh.free.fr/articles/noiriel.offenstadt.historiens.autres.html>

<sup>17</sup> Rousso, Henry. “Mémoires abusives”, *Le Monde*, 23/12/2005.

<sup>18</sup> Para a leitura de textos veiculados ao longo dos debates ver, entre outros, [www.ldh-toulon.net](http://www.ldh-toulon.net) e [www.communautarisme.net](http://www.communautarisme.net)

<sup>19</sup> Essa organização milita contra “os abusos a que são submetidos os franceses de além-mar”, pela igualdade de direitos e contra a discriminação. Uma de suas cinco áreas principais de atuação é o “devoir de mémoire”. (<http://www.collectifdom.com>)

do Partido Radical de Esquerda, e identificada como uma das “leis memoriais”, dispõe que “a República francesa reconhece que o tráfico negreiro transatlântico, assim como o tráfico no Oceano Índico, de uma parte, e a escravidão, de outra parte, perpetrados a partir do séc. XV, (...) constituem crime contra a humanidade”. O artigo 2º determina que os programas escolares e os programas de pesquisa em história e em ciências sociais devem conferir ao tráfico negreiro e à escravidão o “lugar conseqüente que merecem”.<sup>20</sup>

O livro de Pétré-Grenouilleau sustenta que o tráfico de escravos não tinha caráter genocidário, na medida em que a intenção dos traficantes não era exterminar sua “mercadoria”, mas comercializá-la. Na referida entrevista, o historiador retomou essa distinção e fez uma crítica à Lei Taubira que, segundo ele, induz a uma comparação entre a escravidão e o holocausto, já que a noção de crime contra a humanidade recebeu sua primeira formulação jurídica em Nuremberg, em 1945, ficando fortemente marcada por esse contexto histórico particular. O genocídio judeu e o tráfico de escravos configurariam crimes contra a humanidade, já que a definição jurídica compreende tanto o extermínio quanto a escravização de grupos de indivíduos, mas não seriam a mesma coisa, segundo Pétré-Grenouilleau, que se preocupa em deixar claro que essa afirmação não esconde qualquer perspectiva hierarquizante: “Não há escala Richter dos sofrimentos”.<sup>21</sup>

A confusão para a qual aponta o historiador parece ter ficado patente na própria queixa aberta contra ele: por afirmar que o tráfico negreiro e a escravidão não podem ser qualificados como genocídio, e criticar a Lei Taubira, ele acabou sendo acusado de infringir essa mesma lei, que reconhece tais fenômenos como crime contra a humanidade. Em outras palavras, foi acusado de negacionismo. Pétré-Grenouilleau recebeu largo apoio da comunidade de historiadores, cujas manifestações enfatizaram sua respeitabilidade acadêmica e sublinharam a importância da liberdade da pesquisa científica, uma das prerrogativas das sociedades democráticas. A petição *Liberdade para a História*, de dezembro de 2005, foi publicada, em parte, como uma resposta de seus signatários à queixa aberta contra o

---

<sup>20</sup> A França é o único país, até hoje, a ter declarado a escravidão *crime contra a humanidade*. A importância desse gesto para a comunidade negra é amplamente reconhecida no Relatório ao Primeiro Ministro elaborado pelo Comitê pela Memória da Escravidão, cuja criação, em 2004, se inscreve no espírito da Lei Taubira. O relatório apresenta recomendações cujo objetivo declarado é “fazer com que a memória compartilhada da escravidão se torne parte integrante da memória nacional”. A carta que encaminha o relatório, assinada pela presidente do Comitê, a escritora guadalupense Maryse Condé, afirma que a grande maioria dos cidadãos cuja origem remete ao passado escravista está convencida de que a história da escravidão continua a ser largamente negligenciada, percebendo essa situação como “**uma negação de sua própria existência e de sua integração à República**”. (grifo meu). Cf. *Rapport à Monsieur le Premier Ministre*. ([http://www.comite-memoire-esclavage.fr/IMG/pdf/Rapport\\_memoire\\_esclavage.pdf](http://www.comite-memoire-esclavage.fr/IMG/pdf/Rapport_memoire_esclavage.pdf)).

<sup>21</sup> Cf. [http://fr.wikipedia.org/wiki/Olivier\\_P%C3%A9tr%C3%A9-Grenouilleau](http://fr.wikipedia.org/wiki/Olivier_P%C3%A9tr%C3%A9-Grenouilleau)

historiador.<sup>22</sup> O caso teve forte repercussão na mídia e, em fevereiro de 2006, o coletivo retirou a queixa.

Não se trata, aqui, de discutir a natureza da Lei Taubira, que não prevê sanções em seu texto, caracterizando-se como lei declarativa e não como lei punitiva, o que, por si só, poderia colocar em questão a queixa aberta contra Pétré-Grenouilleau.<sup>23</sup> Não se trata, tampouco, de apresentar os argumentos dos críticos da lei, entre os quais se destaca a impropriedade histórica de se aplicar um conceito contemporâneo, o de crime contra a humanidade, a um fenômeno que data do século XV, mas de chamar atenção para efeitos - possivelmente imprevistos - das leis memoriais e, de maneira mais geral, para as condições sociais de produção da acusação.

O caráter abominável dos sofrimentos impingidos à população escrava, no passado, foi assumido há muitas décadas pelas nações ocidentais, as primeiras a interditar a exploração inerente à escravidão colonial. A condenação do tráfico e da escravidão, presente na lei francesa de 2001 parece, pois, fortemente interiorizada desde, pelo menos, as últimas décadas do século XIX. O que está em jogo, hoje, é a integração social da comunidade de origem africana e afro-americana residente na França, questão de dimensões sociais e políticas importantes. Com a proliferação e o “sucesso” das reivindicações expressas em nome do *dever de memória*, o reconhecimento dos horrores do passado escravista teria se convertido em bandeira de luta para as comunidades que se auto-intitulam descendentes de escravos e denunciam a “herança” de que são portadoras, expressa hoje em termos de memória, estigma e discriminação. Como consequência, qualquer manifestação que *pareça* minimizar o extremo sofrimento que significou a escravidão deve ser denunciada e combatida. É importante perceber, por outro lado, o contraponto dessa assunção. O *dever de memória* foi incorporado como discurso e como política pelos poderes públicos, com o intuito de demonstrar a sensibilidade do Estado com relação à sorte das populações afro-descendentes (bem como a de outras minorias) e de apaziguar tensões em uma sociedade

---

<sup>22</sup> O texto da petição se inicia com as seguintes palavras: “Sensibilizados pelas intervenções políticas cada vez mais freqüentes na apreciação dos acontecimentos do passado e pelos procedimentos judiciais que tocam historiadores e pensadores, vimos lembrar os seguintes princípios...”.

<sup>23</sup> A única das quatro leis memoriais que estabelece sanções penais é a lei Gayssot, de 1990. As demais têm caráter declarativo. Um projeto de lei do Partido Socialista, no entanto, votado em 12 de outubro de 2006, propôs modificar a lei de 29 de janeiro de 2001 e estabelecer um delito penal para a negação do genocídio armênio. Vários historiadores reagiram a esse projeto, entre os quais os signatários do documento *Liberdade para a História*, que chegaram a encaminhar uma carta aberta ao presidente da Assembleia Nacional, solicitando que o Conselho Constitucional impedisse a aplicação da lei. A carta invoca o artigo 34 da Constituição, que define as competências do legislador, e o artigo 11 da Declaração dos direitos do homem e do cidadão, que protege as liberdades de opinião e de expressão. ([http://www.communautarisme.net/Lettre-ouverte-a-M-Jean-Louis-Debre.-president-de-l-Assemblee-nationale\\_a827.html](http://www.communautarisme.net/Lettre-ouverte-a-M-Jean-Louis-Debre.-president-de-l-Assemblee-nationale_a827.html))

extremamente fragmentada. É um certo consenso em torno das obrigações criadas pela memória e a percepção de sua eficácia como instrumento de luta política que provocam a defesa, por parte de cada grupo, de seu capital memorial.

Render homenagem à memória das vítimas da escravidão, defender a dignidade de seus descendentes, integrar a história dessas populações à história oficial da França não deve se confundir, no entanto, com a santificação dessa memória e a conseqüente penalização dos “hereges”. A lei sobre o “papel positivo” da colonização, por um lado, e a queixa aberta contra Pétre-Grenouilleau, por outro, deixaram claros os riscos decorrentes da imposição legal de uma visão da história, que transforma *uma* memória em valor incontestado - eliminando qualquer possibilidade de discussão sobre os temas históricos que estão em sua origem e as formas de sua expressão -, em capital político que cumpre defender a todo custo. Deixou claro também que a defesa de valores democráticos, reforçados com a proliferação de memórias e com a incorporação de novos atores políticos na cena pública, exige perspectiva crítica e a defesa constante do pluralismo.

### **“Concorrência”, “abuso”, “manipulação”: a memória desviada**

Vários estudiosos têm se levantado para denunciar os “desvios” cometidos em nome da memória. As lutas em torno das denominações conferidas às tragédias – genocídio, etnocídio, crime contra a humanidade – pode funcionar como ponto de partida de um breve inventário dessas críticas. Segundo alguns, tais lutas teriam como pano de fundo o estabelecimento de aproximações ou distanciamentos com relação a um “padrão” de sofrimento capaz de conferir reconhecimento. Jean-Michel Chaumont analisou o que considera ser a gênese do processo de disputa em torno do estatuto da tragédia, cunhando a expressão “concorrência de vítimas” para designá-lo. No livro que publicou a partir de sua experiência de trabalho na Fundação Auschwitz de Bruxelas, Chaumont investigou os conflitos que opõem diferentes “*milieux de mémoire*”<sup>24</sup> – judeus deportados contra comunistas deportados, judeus contra ciganos, homossexuais contra prisioneiros políticos – a partir do momento em que, algumas décadas após o final da guerra, a reação ao silêncio imposto às vítimas do genocídio promoveu a reabilitação, e mesmo a glorificação, dos

---

<sup>24</sup> A tradução literal para *milieux de mémoire* seria “meios de memória”, no sentido de ambientes ou grupos memoriais.

sobreviventes do holocausto.<sup>25</sup> A expectativa de reconhecimento, até então prerrogativa dos Resistentes teria sido, finalmente, satisfeita, mas engendrara, segundo o autor, alguns efeitos perversos. Tendo como ponto central a reivindicação da singularidade absoluta do holocausto, a ressignificação da memória dos sobreviventes dos campos de extermínio teria gerado uma disputa entre as vítimas, motivada pelo fato de, a partir de então, um grupo pretender afirmar a incomensurabilidade do seu sofrimento. Outras vítimas do nazismo, mas também vítimas de outras tragédias históricas, como os armênios, os descendentes de escravos, os ameríndios, os tutsis, teriam se insurgido contra essa afirmação, percebida como abusiva e cuja consequência seria minorar seu sofrimento e, no limite, caucionar algum tipo de indiferença.<sup>26</sup>

A idéia da “concorrência de vítimas” foi atualizada nos debates recentes acerca das leis memoriais e é o que confere inteligibilidade à metáfora utilizada por Olivier Pétrel-Grenouilleau ao criticar o paralelismo induzido pelo texto da Lei Taubira entre o holocausto e a escravidão: “Não há escala Richter dos sofrimentos”.

De fato, chama atenção do observador desse debate que poucas análises acadêmicas escapam de uma tomada de posição entre os defensores do *dever de memória*, por um lado, e as vozes que denunciam os “abusos” da memória, por outro. A formulação mais acabada dessa última vertente, paradigma das críticas ao *dever de memória*, foi apresentada por Todorov em seu livro *Les abus de mémoire*.<sup>27</sup> Nele, o autor propõe uma distinção entre formas de recuperar e, sobretudo, de utilizar a memória de acontecimentos passados. A memória cultivada pelos praticantes do “novo culto da memória”, designada *literal*, estabeleceria a continuidade entre passado e presente, estendendo o traumatismo e a dor à existência atual. Lutando pelo reconhecimento social de seu papel de vítimas e negando qualquer possibilidade de aproximação entre os acontecimentos, sob o argumento da singularidade e da incomensurabilidade, os militantes do *dever de memória*, segundo Todorov, buscariam garantir privilégios e impediriam o uso da memória como instrumento pedagógico de ação coletiva. Uma outra possibilidade seria aberta pela memória *exemplar* que, sem fazer desaparecer a identidade dos fatos, buscaria estabelecer relações entre os acontecimentos de maneira que as injustiças passadas servissem de princípio de ação para o combate às injustiças perpetradas no presente. A noção de *abuso* remeteria, portanto, a um

---

<sup>25</sup> Chaumont, Jean-Michel, *La concurrence des victimes: genocide, identité, reconnaissance*. Paris, La Découverte, 1997, 384 p.

<sup>26</sup> Ver, também, Chaumont, Jean-Michel. « Du culte des héros à la concurrence des victimes », *Criminologie*, v.33, n.1, 2000. (<http://www.erudit.org/revue/crimino/2000/v33/n1/004712ar.html>)

<sup>27</sup> Todorov, Tzvetan. *Les abus de mémoire*. Paris, Arléa, 1995.

“mau uso”, ao fato da memória do grupo, segundo ele, não encontrar uma finalidade fora dela mesma.

Depois de Todorov, e influenciado por seu trabalho, Paul Ricoeur formulou uma crítica teórica ao *dever de memória*. Chamou atenção para a deriva de instituir um imperativo com relação ao ato de rememorar - “não se coloca no futuro um empreendimento de rememoração, de retrospectão, portanto, sem operar uma violência com o próprio exercício da anamnese, arrisquemos dizer, sem uma ponta de manipulação”<sup>28</sup> - e questionou a construção seletiva operada pelos grupos que lutam pelo seu reconhecimento como vítimas de injustiças, presos ao traumatismo que remete ao passado e distantes do valor exemplar que orienta para o futuro. Expressando sua “preocupação pública” com o excesso de memória, de um lado, bem como com o esquecimento excessivo, de outro, Ricoeur manifestou-se favorável a uma “política da justa memória”, deixando entrever, como em Todorov, o caráter normativo de suas formulações.<sup>29</sup>

O debate entre críticos e defensores do *dever de memória* atualiza, claramente, a oposição clássica entre história e memória: seja pela desqualificação dessa última, acusada de militante e ilusória, por oposição à história portadora de verdade, seja pela afirmação do *dever de memória* como instrumento da luta contra o esquecimento que a história seria incapaz de travar.<sup>30</sup> Essa oposição, no entanto, como bem sinalizam Lavabre e Gensburger, condenaria as análises a ficarem restritas à dimensão finalista do *para quê* e a termos estritamente normativos, descurando da dimensão propriamente sociológica do *como* operam os mecanismos memoriais. Poucas análises conseguiriam articular os diferentes níveis que atuam nos processos de evocação memorial - o individual e o coletivo, a esfera privada e a pública, o jogo dos atores, o papel dos quadros sociais, a dimensão identitária e a dimensão seletiva da memória, as emoções e as estratégias.<sup>31</sup>

### **A gestão de passados sensíveis no Brasil**

Em situações em que se está diante de um “excesso de esquecimento”, para usar a

---

<sup>28</sup> Ricoeur, Paul. « L'écriture de l'histoire et la représentation du passé ». *Annales HSS*, juillet-août 2000, 731-747. Cf. p.736. (tradução da autora).

<sup>29</sup> Ricoeur, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris, Le Seuil, 2000.

<sup>30</sup> Lavabre, Marie-Claire. « Usages et mésusages de la notion de mémoire », *Critique Internationale* n. 7, Avril 2000, pp. 48 – 57. Cf. p. 51.

<sup>31</sup> Gensburger, Sarah e Lavabre, Marie-Claire, *op. cit.* Para a dicotomia cunhada por Lavabre entre peso e seleção do passado (“poids” e “choix du passé”), ver: Lavabre, Marie-Claire. « Du poids et du choix du passé. Lecture critique du ‘ Syndrome de Vichy ’ ». In: Peschanski, Denis; Pollak, Michael e Rousso, Henry. *Histoire Politique et Sciences Sociales*, Bruxelles, Editions Complexes, 1991.

formulação de Ricoeur, em que predomina o léxico da conciliação e da cordialidade, e em que a expressão dos conflitos que marcaram a história apenas começa a ganhar o espaço público, a evocação da memória remete antes às garantias que devem nortear o funcionamento de uma sociedade democrática - na qual os diversos grupos têm *direito* à sua memória -, do que a uma situação de concorrência entre vítimas. Se, na França, a questão memorial parece uma obsessão, o que levou Henry Rousso a cunhar a expressão “o passado que não passa”<sup>32</sup> para referir-se à memória da Ocupação e da II Guerra, um passado cuja gestão continua sendo assunto de Estado e cujas feridas continuam abertas na sociedade, o Brasil parece ainda lutar contra a alcunha de país sem memória.

Sem reiterar estereótipos ou projetar idealizações, parece claro que a memória assume significados diferentes dependendo da realidade social na qual se manifesta. Os “usos” feitos da memória, portanto, diferem de forma significativa de acordo com cada formação social e política, com suas características históricas e culturais. Se é verdade que o interesse pela memória, nos dias de hoje, assumiu uma dimensão bastante generalizada, manifestando-se em diferentes domínios, da política às artes, da ciência ao mercado, o que levou alguns analistas a sugerirem que a memória teria se tornado objeto de um verdadeiro culto, parece importante frisar que o lugar político que a memória ocupa difere de um contexto social para outro.<sup>33</sup>

Na França, a memória, acionada em sua acepção de *dever*, é arma na luta política travada por cada grupo social, em busca de reconhecimento e direitos, junto ao Estado; na luta que opõe grupos sociais entre si, na disputa por reconhecimento e políticas governamentais; na luta entre mediadores, sejam eles líderes comunitários ou parlamentares, em disputa pela projeção da memória do grupo que representam e, finalmente, na luta que opõe grupos de historiadores, na medida em que o debate sobre o *dever de memória* atualiza disputas por reconhecimento acadêmico, por projeção na mídia, pelo direito, enfim, de falar em nome da categoria.

Ainda que a expressão *dever de memória* não faça parte do léxico das políticas públicas voltadas para a gestão de passados sensíveis, no Brasil, nem da linguagem dos movimentos sociais, mais próxima, por um lado, do “resgate da memória” (mais apropriado,

---

<sup>32</sup> No original, “le passé qui ne passe pas”. A expressão popularizou-se e hoje é utilizada para designar o próprio imperativo memorial prevalecente na sociedade francesa, responsável por trazer recorrentemente à cena pública temas do passado (a Ocupação, a colonização, a guerra na Argélia etc.).

<sup>33</sup> Para uma análise da “sedução” exercida pela memória nos dias atuais, e de seus resultados no contexto de favelas da cidade do Rio de Janeiro, ver, neste mesmo livro, o texto de Mario Grynspan e Dulce Chaves Pandolfi. Ver também Huyssen, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.



talvez, em um país em que “o passado passa” e deixa poucos registros) e, de outro, do “dever de justiça”, algumas questões importantes ocuparam a cena pública, nos últimos anos, na chave da memória, do reconhecimento, da reparação e dos direitos. A análise que se fará, a seguir, não pretende estabelecer comparações com a situação francesa descrita até o momento. O que se pretende é exatamente destacar como, em contextos de lutas de alguma forma assemelhadas, a memória, ainda que acionada, não mobiliza os mesmos sentimentos, não produz os mesmos desdobramentos, não tem, enfim, os mesmos sentidos. Não estranhe, portanto, o leitor a mudança, geográfica, temporal e narrativa, que marca o texto a partir de agora. Meu objetivo é indicar variações nos usos públicos da memória e, no limite, propor paralelismos “bons para pensar”.<sup>34</sup>

### **A memória dos “anos de chumbo”**

A Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, conhecida como Lei da Anistia, marco do início da redemocratização do país - completada apenas dez anos depois, com a primeira eleição direta para presidente da República -, foi entendida, durante muito tempo, como um perdão de mão dupla, aos punidos por crimes políticos e também aos representantes do Estado que cometeram qualquer espécie de violência. A lei visava, claramente, à pacificação nacional e ao estabelecimento de um consenso que lançasse as bases para a construção do futuro. Fruto da pressão exercida pela oposição, dentro e fora do país, do desgaste do regime e de uma decisão estratégica de efetuar, de cima, uma abertura “lenta, gradual e segura”,<sup>35</sup> a lei era expressão do próprio regime que a sancionou. Compreende-se, assim, que não tenha legislado sobre o “passivo” da ditadura militar, do ponto de vista do esclarecimento do paradeiro dos “desaparecidos”, dos danos sofridos pelas vítimas e seus familiares ou da punição de torturadores. As condições históricas para a menção a esses crimes e para as demandas por reparação não estavam dadas naquele momento.

Com o passar dos anos e a consolidação da democracia, porém, ocorreram avanços, especialmente no que diz respeito aos pleitos das vítimas e dos familiares de mortos e desaparecidos. Em dezembro de 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi sancionada a Lei 9.140, que prevê o reconhecimento da responsabilidade estatal por

---

<sup>34</sup> Gostaria de deixar claro, nesse sentido, que as rápidas descrições que se seguem, da luta de setores da sociedade civil vítimas da ditadura militar e da luta do movimento negro pelos direitos dos afro-descendentes, não têm qualquer pretensão à exaustividade, nem mesmo a exporem a complexidade que as caracteriza.

<sup>35</sup> Expressão cunhada pelo presidente da República entre 1974 e 1979, general Ernesto Geisel.

mortes e desaparecimentos por motivação política entre setembro de 1961 e agosto de 1979, e instala a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, com as seguintes atribuições: proceder ao reconhecimento de pessoas desaparecidas ou mortas nos termos previstos pela lei, envidar esforços para a localização de corpos, e emitir parecer sobre os requerimentos relativos a indenizações que viessem a ser formulados.<sup>36</sup>

Ainda que conste em seu artigo 2º que a aplicação das disposições da lei orientar-se-iam “pelo princípio de reconciliação e de pacificação nacional, expresso na Lei 6.683”, é inegável que o reconhecimento das responsabilidades do Estado, a constituição de uma comissão no âmbito do Ministério da Justiça e a previsão de pagamento de indenizações aos familiares das vítimas representaram mudança significativa na gestão do passado autoritário do país. Respondendo à demanda formulada pelas famílias, com apoio da Igreja Católica progressista, de partidos de esquerda, sindicatos etc., que há muito clamavam pelo reconhecimento dos crimes praticados pelo regime militar, a lei tornou claro o dissenso com relação à memória desse período.<sup>37</sup> Ao léxico do esquecimento e da reconciliação contrapunha-se, dez anos após o fim do último governo militar, o da memória, o das responsabilidades e reparações. É importante frisar que, até esse momento, apenas o Estado, como instância coletiva à qual se subordinam as Forças Armadas, havia sido interpelado pelas vítimas e familiares.

Outros avanços nesse sentido, ainda no governo FHC, foram a instalação da Comissão de Anistia pelo Ministério da Justiça, em 28 de agosto de 2001, para analisar os pedidos de indenização de pessoas impedidas de exercer atividades econômicas por motivação exclusivamente política, entre 1946 e 1988, e a promulgação da Lei 10.536, de agosto de 2002, que alterou o texto da Lei 9.140, estendendo o período de responsabilidade do Estado por mortes e desaparecimentos até outubro de 1988 (e não mais 1979, como previa a anterior). Em 2004, já no governo Luís Inácio Lula da Silva (iniciado em 2003), foi editada a Lei 10.875, que estendeu a indenização a familiares de pessoas que cometeram suicídio

---

<sup>36</sup> É bom lembrar que a Lei da Anistia garantia a reintegração de servidores públicos, civis e militares, afastados de seus cargos em decorrência de motivos políticos, mas, em seu artigo 11, era taxativa quanto ao fato de não gerar quaisquer outros direitos além dos expressos em seu texto, “inclusive aqueles relativos a vencimentos, saldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos”.

<sup>37</sup> Prova desse dissenso foi a polêmica provocada pela decisão da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, em setembro de 1996, de indenizar as famílias dos guerrilheiros Carlos Lamarca (capitão do Exército que desertou em 1969 e foi morto em 1971) e Carlos Marighella (líder guerrilheiro morto em 1969). Na época, o representante das Forças Armadas na comissão, general Oswaldo Pereira Gomes, considerou a decisão “uma provocação desnecessária”. A própria decisão de conceder indenizações aos familiares das vítimas e, posteriormente, aos antigos presos políticos, gerou polêmica, principalmente com relação às quantias definidas pela Justiça a título indenizatório. Esse debate, no entanto, extrapola os limites desse texto.

forçado, que se suicidaram devido a traumas provocados pela tortura ou foram mortas em confronto com a polícia em passeatas e manifestações políticas, entre setembro de 1961 e outubro de 1988.

Todas essas medidas atenderam às demandas formuladas, ao longo dos anos, por coletivos organizados em torno das vítimas. No tocante à punição dos torturadores, porém, a perspectiva adotada pela Lei da Anistia parece ter prevalecido de maneira mais duradoura. Diferentemente do que ocorreu na Argentina e no Chile, onde os responsáveis por crimes similares foram a julgamento, no Brasil, até bem pouco tempo atrás nenhuma acusação havia sido formalizada contra um torturador. Essa situação foi alterada no final de 2005, com a abertura de um processo contra o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), em São Paulo, entre 1970 e 1974. Movido pela família Teles, cujo pai, a mãe, os dois filhos menores e uma tia afirmam terem sido torturados por Ustra nas dependências do órgão, o processo tramita em vara cível, razão pela qual, no entendimento do tribunal, a ação não fere a Lei da Anistia, que impediria o julgamento criminal do acusado. O objetivo da ação, denominada “declaratória”, ou de caráter moral, é apontar o coronel em juízo como torturador.<sup>38</sup>

Os comentários acerca do processo sugerem a possibilidade de desdobramentos e evidenciam um campo de disputas entre setores da sociedade. A revogação da Lei da Anistia é apenas um dos pontos em pauta: defendida por alguns setores como forma de viabilizar o julgamento por crimes cometidos na ditadura, é condenada por grupos identificados às forças militares, que consideram o processo iniciado em 1979 concluído, com anistia para ambos os lados.<sup>39</sup> Um dos membros da seção de São Paulo da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) afirma que a ação pode levar o coronel Ustra a responder judicialmente pelo crime de tortura e aponta a possibilidade do caso gerar jurisprudência, enquanto os militares falam em “perseguição” e sugerem que uma crise esteja “em gestação” devido à insatisfação gerada com o processo.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> Cf. matéria publicada no *O Globo on line* de 8/11/2006.

<sup>39</sup> As posições mencionadas se encontram em <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0..AA1346783-5601-3911.00.html> e <http://noticias.bol.com.br/politica/2004/08/22/ult96u63477.jhtm>

<sup>40</sup> Ver <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2006/11/08/286573218.asp> e <http://alertatotal.blogspot.com/2006/11/julgamento-civil-do-coronel-brilhante.html>.

Essa polarização tem gerado manifestações de ambas as partes. Em 21/11/2006, um almoço foi organizado em apoio ao coronel Ustra. Entre os 400 convidados estavam presentes 70 generais e o ex-ministro da Justiça, Jarbas Passarinho (<http://www.usinadeletras.com.br/exibetexto.phtml?cod=3276&cat=Discursos>). Em 18/12/2006, um ato público foi organizado, em Porto Alegre, em apoio à família Teles, do qual participaram partidos políticos (PT, PDT, PMSB, PC do B, PSB) e diversas entidades da sociedade civil, como CUT, Marcha Mundial

De um lado, as famílias, em nome do sofrimento vivido e da memória que dele guardam, empreendem ações que buscam reparação, sejam elas de natureza moral ou financeira. De outro, a memória é acusada de gerar “revanchismo”, categoria cunhada após o fim da ditadura militar para desqualificar a evocação dos sofrimentos passados e as demandas por justiça. Acusada de contrapor-se ao ideal prevalecente no momento da anistia, a memória é combatida em sua perspectiva reivindicativa.

Os atos de apoio a ambas as partes mereceram notas nos jornais e comentários na Internet, mas tiveram pouca repercussão, não se registrando um verdadeiro debate público sobre o assunto, situação que difere muito das discussões que tomam o *dever de memória* como tema, na televisão e na rádio francesas, para não falar nas matérias de jornal, mencionadas no início do texto.<sup>41</sup> Omissão da mídia, reflexo do pouco interesse da sociedade pelo passado autoritário do país ou sintoma da propalada tradição conciliadora, avessa ao calor das polêmicas? Seja qual for a explicação, parece claro que os avanços conquistados na reparação pelos crimes da ditadura não são acompanhados por uma discussão ampla acerca da memória do período que inclua setores distintos da sociedade.

As políticas públicas implementadas na última década e a ação movida pela primeira vez contra um oficial das Forças Armadas refletem o avanço dos movimentos sociais organizados e sinalizam vitórias dos “*milieux de mémoire*” que combateram o perdão e o esquecimento prevalecentes na queda do regime militar e nos anos que se seguiram. Esses avanços se dão, no entanto, em meio a um silêncio relativo da opinião pública. Além disso, algumas dimensões da luta pela memória estão longe de uma solução satisfatória – é o caso do acesso às fontes documentais do período da ditadura.<sup>42</sup>

---

de Mulheres, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos, entre outras. ([http://www.al.rs.gov.br/Com/comissa.asp?id\\_comissao=46&id\\_tipocomissao=3&id\\_comitem=not&id\\_materia=165318](http://www.al.rs.gov.br/Com/comissa.asp?id_comissao=46&id_tipocomissao=3&id_comitem=not&id_materia=165318))

<sup>41</sup> O processo contra o coronel Ustra foi aberto no final de 2005, mas a primeira matéria sobre o caso apareceu em um jornal de São Paulo em setembro de 2006, e apenas no dia da primeira audiência de instrução e julgamento, em 8 de novembro, ganhou algum destaque na grande imprensa, para desaparecer logo depois.

<sup>42</sup> A questão dos arquivos da ditadura mereceria uma análise ampla, que não cabe nos limites desse texto, mas vale registrar que o discurso baseado no *dever de memória*, na França, assume essa dimensão como uma de suas bandeiras, razão pela qual os anos 1990 assistiram a uma demanda crescente de acesso aos arquivos do período contemporâneo, sujeitos a interdições ligadas às normas arquivísticas, que definem prazos de comunicabilidade dos documentos, mas também a obstáculos colocados mais ou menos abertamente pelos poderes constituídos com relação aos arquivos considerados “sensíveis” (os relacionados ao período da Ocupação e à guerra da Argélia, por exemplo). Sobre esse tema, ver: Combe, Sonia. *Archives interdites. Les peurs françaises face à l'histoire contemporaine*. Paris, Albin Michel, 1994. No Brasil, ainda que a documentação dos DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) que operavam nos estados esteja, via de regra, depositada nos arquivos públicos estaduais, a documentação do governo federal permanece, em grande parte, inacessível, apesar das pressões externas e internas a favor de seu recolhimento e disponibilização. Em novembro de 2005, o Comitê de Direitos Humanos da ONU

O *dever* de memória, na França, criticado pelos “abusos” e “desvios” operados pelos grupos que o mobilizam e pelos mecanismos legais que engendrou, parece aceito, no entanto, de maneira bastante ampla enquanto um princípio de ação e uma obrigação social e política da nação com relação a parcelas de sua população. No Brasil, a memória da ditadura tem sido acionada na sua dimensão de *direito*, como foi dito anteriormente, pelos agentes individuais ou coletivos que com ela se identificam, mas a evocação pública dessa memória não remete a uma obrigação socialmente compartilhada. Seus usos na demanda por direitos têm, portanto, em que pese a aceitação de sua legitimidade, mais a marca dos combates individuais (mesmo quando empreendidas por grupos de pessoas) do que a dos imperativos morais.

### **Memória e identidade negras em questão**

Com relação à questão racial, formulação que condensa uma série de problemas que perpassam a história brasileira desde os primórdios da colonização, marcada pela escravidão e, depois de sua abolição, por práticas discriminatórias e um modelo de desenvolvimento excludente, algumas medidas recentes começam, também, a apontar na direção de políticas de reparação, alicerçadas na assunção de um *dever* do Estado para com as populações afro-descendentes, os limites dessa população sendo um primeiro foco de debate no contexto de um país mestiço.

Vale lembrar que, para que tais avanços fossem possíveis, foi necessário o questionamento do “mito da democracia racial”, que desde os anos 1930, pelo menos, sob influência do trabalho do sociólogo Gilberto Freyre, preconizava que o Brasil era produto de um processo bem sucedido de miscigenação que, diferentemente do que ocorrera nos Estados Unidos, forjara uma sociedade sem preconceito de cor e raça, e onde a desigualdade era produto da má distribuição de riquezas, sem relação com recortes étnicos e raciais. Para esse questionamento contribuíram, entre outros fatores, a atuação do Movimento Negro, denunciando, sistematicamente, o preconceito e a discriminação, e a realização de uma série de pesquisas que, por meio de diversos indicadores sociais, provaram que a desigualdade

---

recomendou ao Brasil tornar públicos todos os documentos sobre abusos de direitos humanos durante a ditadura e, em dezembro do mesmo ano, o Ministério Público Federal enviou uma notificação oficial ao presidente da República solicitando a abertura dos arquivos “que interessem aos familiares de mortos e desaparecidos políticos para fins de conhecimento da verdade e de localização do paradeiro dos corpos de seus entes queridos, bem como de possibilitar ao Ministério Público Federal o acesso ao seu conteúdo para avaliar a possibilidade de se promover as medidas que ainda forem possíveis em termos de responsabilização dos violadores dos direitos humanos sob a ditadura militar (...).” Os termos dessa notificação sugerem algumas razões para que a questão do acesso aos arquivos permaneça como uma zona de sombra na gestão do passado autoritário do país.

atinge de forma diferenciada a população negra e parda, gerando um círculo vicioso de exclusão e pobreza.

O primeiro marco no combate ao racismo e ao preconceito, no Brasil, data de 1951, ano em que foi sancionada a Lei 1.390, conhecida como Lei Afonso Arinos. Esse texto recebeu nova redação em dezembro de 1985, com a aprovação da Lei 7.437, também chamada Lei Caó, que “inclui, entre as convenções penais, a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil”. Depois disso, outros dispositivos legais buscaram atender à demanda por direitos formulada pela comunidade negra e por entidades da sociedade civil. As bases da ampliação desses direitos foram lançadas, entretanto, com a promulgação da Constituição de 1988, quando ficou clara a necessidade de implementar medidas capazes de promover, de fato, a igualdade sancionada pela lei, e a diversidade étnica e cultural brasileira foi valorizada e protegida.<sup>43</sup>

No artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT n.68), um primeiro dispositivo foi criado no sentido de garantir direitos à população negra descendente de escravos: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” Esse artigo visava garantir um tipo de reparação para essas populações, herdeiras do passado escravista, e também a preservação de sua especificidade cultural, fruto da combinação de tradições africanas, indígenas e rurais. Resultado da atuação do Movimento Negro, sua aprovação não encontrou muitos entraves no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, onde dificilmente a amplitude dos efeitos sociais do dispositivo foi antevista: centenas de comunidades negras rurais, em pouco tempo, solicitaram sua identificação como remanescente de quilombos, deixando entrever como o reconhecimento jurídico pode estar na base de processos de ressurgência de identidades ocultadas ou desaparecidas, sendo importante fator na constituição de novos sujeitos políticos.<sup>44</sup>

Nesse ponto, vale uma aproximação com a noção de *dever de memória*, a fim de destacar especificidades da afirmação da memória e da identidade quilombolas, no Brasil. A memória, nesse caso, ainda que remeta ao passado escravista, marcado pela exploração e pelo

---

<sup>43</sup> O artigo 125 da Constituição de 1988 dispõe: “1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes de processo civilizatório nacional. 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.”

<sup>44</sup> Para uma análise do fenômeno, ver: Arruti, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru, SP, Edusc, 2006. 370 p.

sofrimento, refere-se principalmente a uma história de luta. Aqui não se trata de recompensar descendentes de vítimas, mas de resistentes, populações que se insubordinaram e romperam seu destino de cativo. A capacidade das comunidades remanescentes, hoje, de acionarem a memória do passado escravo de seus ancestrais, bem como a memória dos ritos, músicas e danças que estes trouxeram da África ou foram por eles aprendidos nas senzalas, foi um elemento importante na elaboração dos laudos antropológicos que, logo após a aprovação do artigo 68, informavam os processos de identificação dessas comunidades.<sup>45</sup> É a memória que, fundamentalmente, sustenta e legitima a reivindicação identitária capaz de garantir o acesso à terra às comunidades negras rurais remanescentes de quilombos. Nesse caso, vale sublinhar, trata-se, sobretudo, de valorização de uma identidade particular e de respeito à diversidade cultural do país, e menos de reparação por um passado de sofrimento em relação ao qual o Estado assumia responsabilidade.

Políticas públicas mais sistemáticas voltadas para a valorização da população negra e a implementação de ações afirmativas foram iniciadas, porém, apenas a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, em 1995, e a promulgação do Decreto 4.228, de maio de 2002, que instituiu o Programa Nacional de Ações Afirmativas no âmbito da Administração Pública Federal. Já no governo Luís Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, uma conquista importante foi alcançada com a Lei 10.639, que altera a redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, criando a obrigatoriedade do ensino da história da África e dos africanos, e da cultura afro-brasileira, no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Além disso, inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Essa lei é considerada um marco nas políticas de reparação, pelo seu caráter universal – deve ser implementada em estabelecimentos de ensino públicos e privados - e pelo que representa em termos de reconhecimento e valorização da história e da cultura negras. Ainda no primeiro ano do governo Lula, em novembro de 2003, o Decreto 4.886 criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), para coordenar as ações necessárias à implantação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, cujo objetivo é “romper com os entraves que impedem o desenvolvimento pleno da população negra brasileira”. Seu principal instrumento é a

---

<sup>45</sup> O artigo 68 dos ADCT foi regulamentado apenas em 2003, com a promulgação do Decreto 4.887, que define o procedimento para identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. O decreto estabelece que “a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade”, o que redimensiona a função dos laudos antropológicos que, de início, funcionavam como atestados que conferiam a identidade das comunidades.

implementação de ações afirmativas no âmbito da administração pública.<sup>46</sup>

Essas conquistas não estão dissociadas de um movimento mais amplo, como já foi apontado, de valorização da diversidade e do multiculturalismo que, em nível internacional, vem invertendo os sinais antes atribuídos à diferença e afirmando a importância dos diversos grupos, respeitados na sua tradição e identidade, se reconhecerem na cultura nacional e poderem expressar suas visões de mundo. Fortalecidos politicamente e mais presentes na cena pública, tais grupos conseguem aglutinar apoios e pressionar o poder público a adotar políticas que revertam a situação de marginalização, discriminação ou “invisibilidade” que os cercam. No bojo desse movimento, noções como *reconhecimento* e *reparação* assumem forte conotação política e fundamentam a luta por direitos, consubstanciados em leis, comemorações ou políticas de ação afirmativa. Vale lembrar, ainda, que vários instrumentos jurídicos internacionais, como a Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), de 1969, e, mais recentemente, o Plano de Ação de Durban, resultante da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida na África do Sul, em 2001, enfatizam a importância da construção da igualdade racial e da adoção de ações afirmativas, constituindo-se em outros instrumentos de pressão para as lutas empreendidas no âmbito nacional.<sup>47</sup>

Não é casual que leis como a 10.639, no Brasil, e a Taubira, na França – que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da história da África, da luta dos negros e de seu lugar na formação da sociedade brasileira, no primeiro caso, e do tráfico negreiro e da escravidão, no segundo -, guardadas as diferenças entre os dois dispositivos legais, tenham sido sancionadas com aproximadamente dois anos de diferença. Vale lembrar que as críticas à Lei Taubira, na França, repousam na qualificação do tráfico e da escravidão como crimes contra a humanidade, ou seja, na definição legal de um conteúdo para o passado histórico, e não no fato da lei estabelecer a obrigatoriedade do ensino desse passado. Mesmo o grupo de historiadores que defendeu a ab-rogação de todas as leis memoriais, declarou fazê-lo motivado pelas intervenções políticas na apreciação de eventos do passado, ou seja, pela interferência na produção do discurso histórico.

O sentido geral que preside a disposição de inclusão da história da África e dos

---

<sup>46</sup> Para uma descrição de objetivos e estratégias para a reversão da realidade racial brasileira, ver *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Africana*, publicada em junho de 2005 pelo Ministério da Educação (MEC), SEPIR, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

<sup>47</sup> Ações afirmativas já são realidade em diversos países multi-étnicos, como a Índia, a Malásia, os Estados Unidos, a África do Sul, o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, a Colômbia e o México.



africanos nos currículos escolares dos dois países repousa no reconhecimento do caráter multicultural dessas sociedades, no reconhecimento da presença dos negros na formação das sociedades brasileira e francesa e, finalmente, no reconhecimento da ausência de referências conseqüentes a essa presença nos currículos vigentes até então. Esse reconhecimento é fruto da luta do Movimento Negro, nos dois países, que tem conseguido conquistar o direito à afirmação da identidade e da memória negras, ao mesmo tempo em que ele próprio se fortalece com a ampliação dessas conquistas.

Não se está sugerindo a existência de um movimento mundial homogêneo, nem se está propondo comparações entre processos históricos e realidades culturais distintos. Trata-se de uma aproximação, cujo objetivo é, sem perder de vista as especificidades, chamar atenção para um contexto geral de valorização da diferença que fortalece as lutas em favor da memória e do direito das minorias em distintas realidades nacionais. Não se está, tampouco, sugerindo que tais movimentos se façam sem resistências ou dissenso. Esses também refletem a especificidade de cada contexto cultural. No caso brasileiro, a adoção de políticas de cotas é criticada por constituir um atentado à tradição anti-racista brasileira e à ideologia que define o país como terra da mistura, podendo introduzir o racismo onde ele não existe.<sup>48</sup> No caso francês, as reivindicações comunitárias são acusadas de atentarem contra os ideais universalistas e igualitários da República francesa, de promoverem divisões e intolerância ao invés de as combaterem.<sup>49</sup>

Ao contrário do que foi observado em relação às vítimas da ditadura e ao julgamento do comandante Ustra, o tema das cotas tem tido forte presença na mídia, e cada medida adotada com base nesse princípio suscita debates e tomadas de posição acaloradas. Ainda que toda manifestação memorial ocorra em consonância com as condições sociais dadas no presente, e tenha efeitos sobre o presente, uma diferença significativa parece marcar esses dois contextos. Na medida em que a memória é acionada não mais por um grupo cujos limites estão definidos e cujas demandas remetem estritamente ao passado, mas como referência a uma violência que continua a ser praticada no presente, e contra a qual se propõem medidas que podem atingir o futuro de toda a população, a questão toma outras

---

<sup>48</sup> Vários trabalhos abordam a questão seguindo essa linha de argumento, tais como: Maggie, Yvonne; Fry, Peter. “A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras”, *Estudos avançados*, v.18, n.50, 2004; Azevedo, Célia Maria Marinho de. “Cota racial e Estado: abolição do racismo ou direitos de raça?”, *Cadernos de Pesquisa*, v.34, n.121, jan/abr 2004, e Fry, Peter. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

<sup>49</sup> Ver, entre outros, Thibaud, Paul. “Note sur les lois historiennes et sur la pénalisation des opinions aberrantes.” (<http://www.communautarisme.net>) e Slama, Alain-Gérard. “La République éclatée.” *Le Figaro*, 16/10/2006.

proporções e o debate se complexifica e se amplia.

Uma outra distinção, ainda, entre as duas questões, do ponto de vista de seu significado enquanto memórias que evocam passados de sofrimento, diz respeito ao fato da questão racial, no Brasil, remeter a um imperativo moral. Se, no caso das vítimas da ditadura, tem-se a impressão de que cabe apenas ao Estado assumir responsabilidades e efetuar reparações, no caso da comunidade negra, historicamente excluída e explorada, estamos mais próximos da idéia de que toda a sociedade tem uma dívida diante das injustiças que, desde os tempos coloniais, têm atingido essa parcela da população. Ainda que os críticos das políticas de ação afirmativa busquem deslocar a discussão das noções de “raça” e “cor”, o passado escravista e a memória de discriminação que a comunidade negra evoca remetem a uma obrigação socialmente compartilhada. Os contornos dessa comunidade, os impactos e efeitos das medidas propostas, o debate entre políticas universais e políticas focadas, tudo isso mobiliza e divide opiniões. Parece consensual, no entanto, que algum tipo de responsabilidade compartilhada está, nesse caso, em jogo.

Após tocar em muitas questões que permanecem abertas, num campo em que os objetos de pesquisa se multiplicam e estão continuamente desafiando os estudiosos da memória, finalizo com uma nota metodológica. Uma sociologia dos processos memoriais, para produzir análises que revelem a história e a dinâmica de cada situação particular, dos embates e negociações que as caracterizam, deve afastar-se do léxico do dever e da obrigação, mas também daquele que remete ao abuso e à manipulação, como forma de livrar-se de julgamentos *a priori* e apreender a multiplicidade de facetas e atores em jogo, entre os quais as associações militantes, as instâncias governamentais, os parlamentares e os próprios historiadores. Apenas análises que levem em conta a dinâmica que preside as relações entre memórias vividas, políticas memoriais e memória histórica, em cada contexto, serão capazes de deslindar as múltiplas conexões e sentidos que presidem os fenômenos memoriais contemporâneos, afastando-se das acusações à memória e das desconfianças com relação à história.